

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição, sob demanda, de **MATERIAL OPME BUCOMAXILO FACIAL**, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento;

1.2. Requisitantes: Hospital Municipal Raul Sertã;

1.3. Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico, via Registro de Preço, nos termos da Lei nº14.133/21;

1.4. Tipo: Menor preço por lote, nos termos da Lei nº. 14.133/21;

1.5. Prazo: 01 (um) ano a contar da data da assinatura da Ata de Registro.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Aquisição, sob demanda, de **MATERIAL OPME BUCOMAXILO FACIAL**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID	TOTAL
LOTE 1 – SISTEMA 2.0 MM				
1	448648	Placa reta 8 furos c/ parafusos correspondentes	Unid	08
2	448645	Placa reta 10 furos c/ parafusos correspondentes	Unid	08
3	433955	Placa reta 12 furos c/ parafusos correspondentes	Unid	08
4	433962	Placa reta 4 furos c/ ponte c/ parafusos correspondentes	Unid	14



5	448397	Placa reta 6 furos c/ ponte c/ parafusos correspondentes	Unid	14
6	433705	Placa reta 8 furos c/ ponte c/ parafusos correspondentes	Unid	14
LOTE 2 – SISTEMA 1.5 MM				
7	433715	Placa reta 8 furos c/ parafuso correspondentes	Unid	08
8	433706	Placa reta 10 furos c/ parafusos correspondentes	Unid	08
9	433707	Placa reta 12 furos c/ parafusos correspondentes	Unid	08
10	433708	Placa reta 16 furos c/ parafusos correspondentes	Unid	08
11	433703	Placa reta 4 furos c/ ponte em cada uma delas e c/ parafusos correspondentes	Unid	08
12	433704	Placa reta 6 furos c/ ponte em cada uma delas e c/ parafusos correspondentes	Unid	08
13	433705	Placa reta 8 furos c/ ponte em cada uma delas e c/ parafusos correspondentes	Unid	08
14	434087	Placa em forma de “C” 6 furos c/ parafusos correspondentes	Unid	08
15	434088	Placa em forma de “C” 8 furos c/ parafusos correspondentes	Unid	08
16	434084	Placa em forma de “ L “ 4 furos direto c/ parafusos correspondentes, com ponte	Unid	08
17	434084	Placa em forma de “ L “ 4 furos esquerdo c/ parafusos correspondentes, com ponte	Unid	08
18	434059	Placa em forma de “ L “ 6 furos direto c/ parafusos correspondentes, com ponte	Unid	08
19	434059	Placa em forma de “ L “ 6 furos esquerdo c/ parafusos correspondentes, com ponte	Unid	08
20	434083	Placa em forma de “ L “ 4 furos direto c/ parafusos correspondentes, sem ponte	Unid	08
21	434083	Placa em forma de “ L “ 4 furos esquerdo c/ parafusos correspondentes, sem ponte	Unid	08
22	434893	Placa em forma de “ L “ 6 furos direto c/ parafusos correspondentes, sem ponte	Unid	08



23	434893	Placa em forma de “ L “ 6 furos esquerdo c/ parafusos correspondentes, sem ponte	Unid	08
24	433719	Placa em Y (4 furos) com parafusos correspondentes	Unid	08
25	434779	Placa em X 4 furos com parafusos correspondentes	Unid	08
26	434779	Placa em X 6 furos com parafusos correspondentes	Unid	08
27	460715	Placa em duplo T oblíqua direita 5 furos com parafusos correspondentes	Unid	08
28	460715	Placa em duplo T oblíqua esquerda 5 furos com parafusos correspondentes	Unid	08
29	443798	Parafuso fratura tipo Le fort 4mm direita	Unid	08
30	443798	Parafuso fratura tipo Le fort 4mm esquerda	Unid	08
31	443041	Parafuso fratura tipo Le fort 7mm direita	Unid	08
32	443041	Parafuso fratura tipo Le fort 7mm esquerda	Unid	08
33	440929	Parafuso fratura tipo Le fort 10mm direita	Unid	08
34	440929	Parafuso fratura tipo Le fort 10mm esquerda	Unid	08
LOTE 3 – SISTEMA 1.0 MM				
35	433961	Placa reta 8 furos c/ parafusos correspondentes	Unid	06
36	434046	Placa reta 10 furos c/ parafusos correspondentes	Unid	06
37	448532	Placa reta 12 furos c/ parafusos correspondentes	Unid	06
38	433956	Placa reta 16 furos c/ parafusos correspondentes	Unid	06
39	433700	Placa reta 4 furos c/ ponte em cada uma delas e c/ parafusos correspondentes	Unid	06
40	433702	Placa reta 6 furos c/ ponte em cada uma delas e c/ parafusos correspondentes	Unid	06
41	433701	Placa reta 8 furos c/ ponte em cada uma delas e c/ parafusos correspondentes	Unid	06
42	434008	Placa em forma de “C” 6 furos c/ parafusos correspondentes	Unid	06



43	434009	Placa em forma de “C” 8 furos c/ parafusos correspondentes	Unid	06
44	433968	Placa em forma de “L” 4 furos direito c/ parafusos correspondentes, com ponte	Unid	06
45	433968	Placa em forma de “L” 4 furos esquerdo c/ parafusos correspondentes, com ponte	Unid	06
46	436551	Placa em forma de “L” 6 furos direito c/ parafusos correspondentes, com ponte	Unid	06
47	436551	Placa em forma de “L” 6 furos esquerdo c/ parafusos correspondentes, com ponte	Unid	06
48	433969	Placa em forma de “L” 4 furos direito c/ parafusos correspondentes, sem ponte	Unid	06
49	433969	Placa em forma de “L” 4 furos esquerdo c/ parafusos correspondentes, sem ponte	Unid	06
50	449203	Placa em forma de “L” 6 furos direito c/ parafusos correspondentes, sem ponte	Unid	06
51	449203	Placa em forma de “L” 6 furos esquerdo c/ parafusos correspondentes, sem ponte	Unid	06
52	433718	Placa em Y (4 furos) com parafusos correspondentes	Unid	06
53	434779	Placa em X 4 furos com parafusos correspondentes	Unid	06
54	434779	Placa em X 6 furos com parafusos correspondentes	Unid	06
55	433995	Placa em duplo T oblíqua direita 5 furos com parafusos correspondentes	Unid	06
56	433995	Placa em duplo T oblíqua esquerda 5 furos com parafusos correspondentes	Unid	06
57	440666	Parafuso fratura tipo Le Fort 4mm direita	Unid	06
58	440666	Parafuso fratura tipo Le Fort 4mm esquerda	Unid	06
59	436622	Parafuso fratura tipo Le Fort 7mm direita	Unid	06
60	436622	Parafuso fratura tipo Le Fort 7mm esquerda	Unid	06
61	436695	Parafuso fratura tipo Le Fort 10mm direita	Unid	06
62	436695	Parafuso fratura tipo Le Fort 10mm esquerda	Unid	06

LOTE 4 – COMPLEMENTOS				
63	355466	Manta de titânio (80x180x0,6mm)	Unid	06
64	401513	Parafusos de bloqueio maxilomandibular	Unid	19

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

2.3. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contado a partir da assinatura da Ata de Registro de Preço, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados;

3.2. Trata-se de Processo Administrativo visando a aquisição, sob demanda, de Material OPME Bucomaxilo Facial, para suprir as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã, pelo período de 12 (doze) meses;

3.3. A presente aquisição faz-se necessária para atender aos procedimentos cirúrgicos de pacientes eletivos e/ou urgência do HMRS. Considerando que o quantitativo de cirurgias bucomaxilo pode oscilar para mais ou para menos, de acordo com inúmeros fatores, foi estimado um quantitativo em uma média de histórico de utilização de 04 meses, com uma margem de segurança de aproximadamente 20% para os itens 01 ao 34 e 64, e, 100% para os itens 35 ao 63, para cobrir possíveis aumentos de demanda, conforme planilha acostada às fls.07/10, e justificativa à fl. 44;

3.4. Vale lembrar que se trata de aquisição por Sistema de Registro de Preço (SRP). É fato que no SRP há apenas a prerrogativa de contratação, porém, não é garantida a obrigação futura ou compromisso, assim, o quantitativo a ser adquirido será de acordo com a necessidade demandada de cada Unidade Requisitante;

3.5. Ressalta-se que as especificações técnicas, bem como o quantitativo dos objetos solicitados, foram indicados pelas equipes técnicas da Unidade de Saúde, as quais se responsabilizam por todas as informações lançadas nos documentos requisitórios.



4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. Aquisição, sob demanda, de **MATERIAL OPME BUCOMAXILO FACIAL**, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã, pelo período de 12 (doze) meses;

4.2. A presente aquisição faz-se necessária para atender aos procedimentos cirúrgicos de pacientes eletivos e/ou urgência do HMRS. Considerando que o quantitativo de cirurgias bucomaxilo pode oscilar para mais ou para menos, de acordo com inúmeros fatores, foi estimado um quantitativo em uma média de histórico de utilização de 04 meses, com uma margem de segurança de aproximadamente 20% para os itens 01 ao 34 e 64, e, 100% para os itens 35 ao 63, para cobrir possíveis aumentos de demanda, conforme planilha acostada às fls.07/10, e justificativa à fl. 44.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013;

5.2. Atender às solicitações nos prazos estipulados;

5.3. Aceitar o controle/análise de qualidade dos materiais, realizada pelas Unidades Requisitante;

5.4. Entregar o objeto e quantitativos, conforme a solicitação das unidades requisitantes, no prazo de 10 (dez) dias corridos, nos horários e locais estabelecidos neste Termo de Referência;

5.5. Substituir, no prazo máximo de até 2 (dois) dias, a contar da data da notificação, os materiais entregues, caso se apresentem impróprios;

5.6. Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação;

5.7. Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida no Termo de Referência;

5.8. Fornecer os materiais descritos com rapidez e eficiência;



5.9. Cumprir o objeto do contrato estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação;

5.10. A contratação deverá observar os seguintes requisitos quanto da Sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.10.1. Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária – Consolidado, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II, disponíveis em <http://www.inmetro.gov.br/legislacao>. (Encontram-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos os equipamentos que não se enquadram na RDC Anvisa nº 549, de 31 de agosto 2021 ou substitutiva. Para os equipamentos que se enquadram, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO será compulsório e deverá vir afixado no equipamento). Em relação aos produtos cuja certificação é voluntária, é possível exigir o cumprimento dos requisitos técnicos previstos em normas do INMETRO, mas não se pode obrigar a apresentar a certificação do INMETRO (podem ser apresentadas certificações equivalentes);

5.11. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.12. A empresa vencedora deverá fornecer em Regime de Comodato:

5.12.1. 01 (um) Conjunto de serra com pontas oscilatórias, Reciprocantes e perfutantes (Drill);

5.12.2. 01 (um) motor compatível com perfurantes cirúrgicos e serras;

5.12.3. 01 (uma) caixa completa de Micro placas 1,0;.

5.12.4. 01 (uma) caixa completa de Mini placas 1.5;

5.12.5. 01 (uma) caixa completa de Mini placas 2,0;

5.12.6. 01 (uma) caixa completa de instrumentais cirúrgicos de apoio;



5.12.7. A empresa vencedora deverá fornecer em Regime de Comodato todos os instrumentais necessários para a utilização dos itens solicitados, devendo ser compatíveis com os sistemas indicados, possibilitando aos profissionais do HMRS a realizarem os procedimentos com segurança e qualidade, proporcionando aos pacientes resultados de excelência. Os instrumentais a serem fornecidos deverão ser novos ou em perfeito estado de uso e conservação, com todos os acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento e desempenho. A manutenção preventiva e corretiva dos itens em comodato é de inteira responsabilidade da Contratada, que em caso de eventual necessidade, a Contratada deverá efetuar a substituição do equipamento por outro que atenda às especificações, no prazo máximo de 24h, a contar da solicitação realizada pela Unidade requisitante, a fim de não interromper o funcionamento da unidade de saúde.

6. EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1. O prazo de entrega do objeto é de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho, em remessa parcelada, conforme conveniência e necessidade das Unidades Requisitantes;

6.2. A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto no local e horário arrolado abaixo, respeitando sempre o período de solicitação de cada Unidade Requisitante:

6.2.1. ALMOXARIFADO DO HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ:
Rua General Osório, nº 324, Centro, Nova Friburgo/RJ – CEP 28.625-630. De segunda-feira à sexta-feira, nos horário das 09:00h às 16:00h;

6.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

6.4. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.5. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser

substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.6. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

6.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*);

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*);

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
Antonio Carlos Sant´ana	207.630	Superior Imediato
Leopoldina de Fátima Azevedo Reis	201.836	Fiscal Titular
Mikhail Mafort Freire	190.234	Fiscal Substituto
Igor Faria de Jesus	063.036	Gestor Titular
Higor de Barros Pinto	063.344	Gestor Substituto

7.4. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

7.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

7.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

7.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

7.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*);

7.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

7.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º);

7.11. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º);

7.12. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

7.13. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município;



8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

8.2.1. Gestão/Unidade: Hospital Municipal Raul Sertã;

8.2.2. Fonte de Recursos: SUS – 1600;

8.2.3. Programa de Trabalho: 30001.10.302.00852.202;

8.2.4. Elemento de Despesa: 33.90.30.39;

8.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, CNPJ: 11.399.442/0001-79 – AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

9. DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

10.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

10.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

10.1.3. FGTS;

10.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

10.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

10.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS;

10.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido;

10.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- iv) Multa:
 - (1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
 - (2) moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- (a) O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do



contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) compensatória de 10% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

11.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus



administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

11.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços;

12.2. O presente documento foi elaborado mediante as descrições apresentadas pelos responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

Nova Friburgo/RJ, 17 de abril de 2023.

Termo de Referência elaborado por:

Igor Faria de Jesus
Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS
Mat. 063.036

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

NICOLE RIBEIRO LESSA CIPRIANO
Secretária Municipal de Saúde
Mat. 106.137